



# Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 53ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Otássio Pereira.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino Adalberto Daros, David Federmann, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jurandir Mesias, Luiz Roberto Soares e Osvaldo Macedo (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — DO Projeto de Resolução nº 27/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 224/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando o desenvolvimento de programa para permitir o aumento da cobertura do Grupo Materno-Infantil no Estado. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado**.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 28/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 229/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, objetivando estabelecer condições para execução de programas, projetos e atividades, relacionado com a Saúde Mental. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1975. (Quarta-Feira).

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Antonio Facci.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (04); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino Adalberto Daros, David Federmann, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jurandir Mesias, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo. (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente. Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada).

Responderam a chamada nominal 30 Srs. Deputados.  
Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### E X P E D I E N T E:

### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 27/75.

### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Requeiro, após ouvido o plenário, no uso das atribuições legais, seja assinalado em Ata, votos de congratulações pelo 69º aniversário do jornal "DIÁRIO DOS CAMPOS", da cidade de Ponta Grossa.

### JUSTIFICATIVA:

O Jornal "Diário dos Campos" surgiu em 27 de abril de 1906, tendo como fundador o Sr. Jacob Holzmann, e desde a sua primeira edição dedicou-se com elevado espírito ao serviço da comunidade, vivendo o cotidiano dos pontagrossenses, oferecendo aos leitores uma visão ampla do que ocorre no Mundo, no País e principalmente na Cidade.

O "Diário dos Campos", tem sido o testemunho eloquente dos acontecimentos, sendo um dos mais antigos jornais do Paraná, que se vitaliza pelo seu elevado grau de prestígio, oferecendo a crítica construtiva em favor da cidade de Ponta Grossa e daquele povo.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa a retirada de requerimento por mim apresentado na sessão de ontem, contendo apelo à COPEL, e que teve sua discussão adiada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, tendo em vista:

a) Que em Ibaiti (36.000 habitantes), por falta de vagas o Ginásio Estadual Antonio Martins de Mello, atualmente com 1.432 alunos matriculados, deixará de atender aproximadamente 200 pedidos de inscrições no corrente ano letivo;

b) Que, por outro lado, a Escola do Comércio funciona precariamente no Grupo Escolar pertencente ao Estado, enquanto a Escola Normal está alojada, insolitamente, numa repartição da associação "YPÊ CLUBE DE IBAITI", com improvisações inclusive de carteiras.

Requeiro, regimentalmente, oficie-se aos Exmos Srs. Secretário de Educação e Cultura e Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando que S. Exas. dignem-se com urgência, adotar, no mínimo, as seguintes providências:

1º) Ampliação das instalações do Ginásio Estadual Antonio Martins de Mello, com pelo menos mais seis salas de aula;

2º) Construção de um prédio próprio destinado ao funcionamento da Escola do Comércio e da Escola Normal.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a V. Exa., ouvido o plenário desta Assembléia, seja encaminhado à alta Direção da COPEL urgente pedido de informações a respeito dos motivos por que ainda não se iniciaram os serviços de suprimento de energia elétrica a São Pedro e Luz Marina, quando pretende iniciar e quando pretende concluir tais serviços e inaugurar a ligação de energia naquelas localidades, para fiel cumprimento do Convênio com a Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja formulado

veemente apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública deste Estado, no sentido de se tomarem urgentemente todas as necessárias providências para que a comunidade de São Pedro, distrito do Município de Toledo, possa viver em paz e tranquilidade, enquanto aguarda a decisão final do litígio de terras entre o Banco do Estado do Paraná e Antonio Padovani e esposa; que se ponha cobro de uma vez por todas, à inquietação reinante naquele distrito, objeto de arbítrio policial do Dr. DURVAL TEIXEIRA, atual delegado regional de Cascavel, que, sem o menor gesto de consideração para com seu colega de Toledo — o íntegro e austero Major RUI FERREIRA DA SILVA, vem mandando efetuar prisões e ameaças absurdas no referido distrito, valendo-se, inclusive, não só dos servidores da Polícia Civil de sua cidade, mas ainda — numa afronta à própria dignidade dos Policiais — de prepostos (jaguços) de Antonio Padovani acintosamente armados, usando, aliás, as mesmas armas com que atacam e incendeiam propriedades e assassinam mesmo cidadãos indefesos; que se restabeleça à DELEGACIA DE POLÍCIA DE TOLEDO a plena autoridade e controle da ordem nos distritos da comuna, salvo nos casos de segurança nacional, nos quais se torne imprescindível a ingerência da Polícia Federal ou mesmo do Exército Brasileiro; que se instaure inquérito policial, a fim de apurar os desmandos ocorridos com as prisões dos Senhores MANOEL FIRMINO DA SILVA, JAIME FERNANDES FARIA, ROLDANDI G. DE MORAES, IVO, GUIDO e HILÁRIO HEIS, ocorridos naquele distrito entre 26 e 27 de fevereiro do corrente ano, bem como as ameaças que resultaram na impetração de "habeas corpus preventivo" a favor de Bruno Happcke — José Lopes Iglézias — Manoel Henrique Sobrinho — Braz Antonio de Lima — Serafim Antonio Viganó — Sebastião Córdova — Roldandi Gonçalves de Moraes — Enoque Lima — Honório Heis — Ivo Heis — Hilário Heis e Senhorinha Marlene Heis, pedido que teve deferimento do MM. Juiz de Direito de Toledo.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGLIO

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI Nº 50/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A pensão concedida a Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Parigot de Souza, pela Lei nº 6.474, de 31 de outubro de 1973, passa a ser de valor equivalente a cinquenta por cento dos subsídios do Governador.

Art. 2º — A despesa com a execução da presente lei, ocorrerá à conta das dotações próprias do Orçamento do Estado.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto tem por fim conceder uma razoável atualização do valor da pensão mensal percebida, atualmente, pela viúva do ex-Governador Parigot de Souza.

Ocorre que, pela redação da Lei concedente, o valor do benefício equivale ao subsídio vigente à época da respectiva norma, e portanto, não acompanha as revisões periódicas subseqüentes.

Mediante esse critério, dentro em pouco, a pensão se tornará quase simbólica, em face dos reajustamentos naturais por que passam os vencimentos, salários, proventos e subsídios.

Dessa forma, além do pequeno montante que se acrescenta ao "quantum" atual da pensão, confere-se ao auxílio a mobilidade necessária para manter, permanentemente, suas significações.

## PROJETO DE LEI Nº 51/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica incluído no Plano Rodoviário do Estado a retificação e pavimentação asfáltica, da estrada São Mateus do Sul – São João do Triunfo – Palmeira.

Artigo 2º – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1975.

a) LINEU MANSANI TURRA

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto quer a inclusão, no Plano Rodoviário do Estado, para retificação e pavimentação asfáltica, da estrada nele referida.

Trata-se do projeto que visa incluir obra em plano a ser executado pelo Poder Executivo, e que não impõe a sua execução, isoladamente, da sorte a encontrar óbices no preceito constitucional que trata da vedação de encargos financeiros por iniciativa do legislativo.

Nó respeitante a importância da estrada, é inegável, pois dela virão se beneficiar não só os municípios que ela corta, como também toda a região sul e mesmo a região sudoeste que terá meio de escoamento da sua produção, especialmente para a cidade de Ponta Grossa.

De outra parte, há que ponderar, serem os Municípios que se pretende dotar da estrada asfaltada, hoje grandes produtores de cereais, como também partilhando de outros setores da economia paranaense, como erva-mate e madeiras, e que tem sido esquecidos pelas administrações públicas.

Os beneficiários de uma rodovia asfaltada, sem dúvida, serão incalculáveis para a região e também o próprio Estado será largamente beneficiado, inclusive pela valorização das terras da região, indo se refletir, não só em melhores condições de produtividade, como também pela arrecadação de impostos através as transmissões de imóveis, que inevitavelmente ocorrerão, pelo maior interesse daqueles que se dispõem a exploração da terra.

## PROJETO DE LEI Nº 52/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º – O art. 181, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

“As gratificações de que tratam os incisos I a V, do art. 172, serão mantidas nos casos de afastamento previstos nos itens I, II, III, VI, XI, XII, XIII, XV, XVII e XVIII, do art. 128”.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

## JUSTIFICATIVA:

O projeto que estamos submetendo à apreciação do Plenário, vem sanar uma lamentável falha, quando da elaboração do projeto que originou a lei em pauta.

O funcionário público, por um erro de datilografia no anteprojeto e que também passou despercebido desta Assembléia, viu-se praticamente privado de uma série de vantagens que seriam concedidas pelo seu Estatuto. Isso porque, aquele servidor que hoje está profissionalizado, trabalhando em período integral em sua repartição, percebendo gratificação de representação, gratificação de representação, gratificação por serviço extraordinário ou ainda gratificação pela prestação de serviço em regime de tem-

po integral e dedicação exclusiva, não pode mais afastar-se de seu cargo para descanso ou recuperação de saúde física e mental.

Essas vantagens que o Estatuto dos Funcionários Públicos acena e que passaram a fazer parte do orçamento de cada um, o servidor não pode perdê-las, seja a que título for, evitando assim, de todas as maneiras e afastamento do cargo.

A Consolidação das Leis do Trabalho ampara o trabalhador na parte de sua recuperação ou descanso pelas férias, inclusive após a instituição do 13º salário, o qual pode ser retirado pela metade quando o empregado entre em gozo de férias, após doze meses de trabalho. A prova de que houve um equívoco na o “instituto” das férias previsto na “ das férias previsto na CLT. não admite redução salarial quando o empregado solicita o benefício acima mencionado.

Senhores Deputados, tal distorção não pode continuar e é esta a razão que nos levou a apresentar este Projeto de Lei, visando reparar uma falha de datilografia, com alcance tão profundo, mas que existe no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE – Está finda a leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE – Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Zuk, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Sr. Presidente, Srs. Deputados

Dois assuntos nos trazem a usar da palavra no Pequeno Expediente: o primeiro deles é com referência a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, o qual, juntamente com dois outros representantes desta Casa, Deputado Estadual Aguinaldo Pereira Lima e um Deputado que honra a liderança que desfruta em nossa região, Sr. David Federmann, juntamente com o Sr. Prefeito de Ponta Grossa e diversos Prefeitos dos Campos Gerais, agricultores, pecuaristas, industriais, estiveram em reunião ontem, no sentido de reivindicarem o prometido do Governo passado, qual seja a instalação de uma Faculdade de Engenharia Agrônômica na região dos Campos Gerais, particularmente, na extensão da Fundação Universitária de Ponta Grossa. S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que prontamente respondia a todas as indagações, através das suas próprias palavras deixou evidente que se transmitisse à família dos Campos Gerais que Ponta Grossa teria uma resposta afirmativa ou negativa e não paliativa como outros Governos que o antecederam; falava S. Exa. que teria decência de dar ou não dar, mas meio termo seu Governo não iria ter. Então, nesta oportunidade, com um prazo de carência estipulado pelo próprio Governo, e na confiança do próprio Executivo de que não iria faltar aos Campos Gerais, queremos cumprimentar S. Exa. pela decência e pela honestidade de propósitos, fazendo com que a palavra seja realmente empenhada e cumprida e não uma palavra de promessa.

Sr. Presidente, em uma das últimas edições de um grande circulação no Estado do Paraná, em uma de suas colunas, teve uma nota referente à atuação de todos os Deputados desta Casa. Aquela nota fazia com que Deputados da Arena e do MDB se degladiassem no sentido de que, nesta Tribuna, estivesse um Sr. Secretário do Governo. E aquela coluna, querendo situar aquilo que nós não possuímos, pois somos homens decentes, fez com que essas correntes partidárias fossem colocadas à margem. Não há aqui nenhum melindre àquele jornalista, mas aquela nota referente à moralização administrativa desta Casa, fez com que diversas pessoas, que nem conheciam este Plenário, comparecessem no dia de hoje nesta Casa, quando tramita um pedido de cinco deputados do MDB que querem saber o que realmente se passa com o funcionalismo desta Casa.

A nossa liderança, os nossos companheiros do MDB entregaram, em mãos, do 1º Secretário desta Casa, Deputado Aguinaldo Pereira Lima, um ofício, solicitando os nomes e, principalmente, quanto recebem, e a carga de horário de trabalho dos Srs. Funcionários desta Casa.

E hoje, um fantasma aqui se faz presente, nós estamos

nesta Legislatura e eu como Deputado, e os Srs. são testemunhas, já estamos há 50 e poucos dias desta Legislatura, e este fantasma hoje se faz presente nesta Casa, porque tramita na Presidência e na Mesa Executiva, a identificação dos ociosos do Paraná, deste Poder Legislativo.

Nós não temos nada contra a imprensa decente e honesta que aqui se faz presenciar; não temos nada contra nenhum órgão de circulação, mas também temos a independência de nomear no seio dos dignos jornalistas do Paraná, no seio dos dignos radialistas do Paraná, porque os indecentes, as pessoas que não têm compostura, as pessoas que depõem contra esta grande classe, faz com que nós, do MDB, somados aos Deputados da ARENA, marginalizem estes indecentes, destes órgãos.

Queremos dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que entregamos em mãos do ilustre Sr. 1º Secretário, como já falei, para que realmente sejam identificadas aquelas pessoas que não coadunam com os princípios jornalísticos desta nobre classe. Queremos nominar, os elementos nocivos à classe jornalística do Estado do Paraná.

Somos companheiros de todos os jornalistas, mas não queremos compactuar com aqueles elementos que tentando valorizar as suas colunas, fazem com que os partidos políticos sejam denegridos. Aqueles adjetivos qualificados ao nosso partido, deveriam ser endereçados aos próprios subscritores desta coluna, porque nunca o MDB e nenhum de seus componentes, como da ARENA também, nunca quiseram fazer por si só, receber dinheiro de um cargo que não ocupem, de um cargo que não exercem e principalmente de um serviço que não prestam, como este que nós iremos publicamente nominar, para que todo o Paraná conheça. Muito obrigado. - Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "O que um Deputado trazido a esta Assembléia Legislativa pelo voto humilde de um trabalhador, pode dizer quando a Nação inteira está se preparando para comemorar o dia 1º de maio, "Dia do Trabalhador"?"

O que pode um Deputado Estadual, voz frágil e quase anônima na multidão de desesperançados, pedir para o trabalhador se a própria autoridade federal já convencionou que a solução se encontra com o simples mecanismo dos aumentos salariais percentuais?

Sempre fui contra os aumentos automáticos sem o congelamento do custo de vida.

Antes de 1964, como Vereador da Oposição à Situação que existia no País, fui também uma voz anônima contra a subversão que ganhava corpo em toda a Nação, movida exatamente por lideranças sindicais subvencionadas que não desejavam o desenvolvimento do País e pregavam a sua paralização.

Hoje, onze anos após março de 1964, estamos sentindo que mudaram os homens, o Brasil cresceu através de um processo de industrialização, mas o empobrecimento do povo brasileiro passou a ser um flagelo da atualidade.

Enquanto o Ministro Mário Henrique Simonsen vai a Paris e destaca o nosso desenvolvimento prossegue em ritmo acelerado, aqui nas residências modestas dos trabalhadores sentimos que o ritmo acelerado passa por cima do trabalhador brasileiro, não dá conhecimento de sua existência, não oferece a ele e à sua família a presença revolucionária das reformas essenciais para o seu bem estar.

É um mecanismo que não consigo entender num processo que transforma uma economia agrícola em industrial sem oferecer ao trabalhador que constrói a nova estrutura do processo, participação neste milagre sem povo.

O que nós - que vivemos no campo, junto aos cafezais e às plantações de soja, podemos dizer no mesmo dia em que se

anuncia os novos níveis de salário mínimo do País? Este salário chegará ao campo, ao bóia fria, ao homem sem teto, sem lei, sem nada?

Chegará às mãos das professoras primárias dos Municípios do interior, marginalizadas, sem ganhar a metade do mínimo vigente no País?

Chegará às mãos das viúvas dos funcionários públicos e dos trabalhadores, obrigadas a viver com a metade do que é compatível com uma vida decente, pobre, sem o mínimo de possibilidade de sobrevivência?

Chegará às crianças deste Brasil, filhos de trabalhadores obrigadas a ir à escola para conseguir as refeições da Merenda Escolar, porque o salário mínimo do pai é mínimo mesmo e insuficiente, não oferece condições para a família?

Chegará às viúvas das filhas do INPS, desesperadas ante a falta da realidade de seus rendimentos?

Chegará às mãos de donas de casa, aflitas ante a alta do custo de vida, sem condições de colocar à mesa o azeite que enriquece as multinacionais e que sacrifica o povo brasileiro?

Chegará às mãos dos funcionários da Telepar, ameaçados, a qualquer momento, de desemprego, porque se pretende a transferência de seu controle acionário para o âmbito federal?

Chegará às mãos, enfim, do trabalhador brasileiro, que luta dia e noite para receber o seu minguado salário e sente que a alta do custo de vida sempre é muito maior que a alta de seu salário; que os percentuais não são reais, não correspondem a situação do momento, não permitem a compra de alimentos, vestuários, remédios para uma vida, ao menos com o mínimo a que tem direito cada cidadão brasileiro?

SR. PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS:

É preciso que fique consignada na ata desta Casa ao menos uma palavra às vésperas do Dia do Trabalho; uma palavra de crítica pelo que está acontecendo em todos os quadrantes deste País, onde as discriminações nos deixam preocupados com os critérios de distribuição de riquezas em nosso Brasil.

Aqui no Paraná, quantos salários milionários de homens aposentados que voltam às repartições públicas, às empresas de economias mistas, ganhando milhões e milhões de cruzeiros?

Denunciei, aqui mesmo desta tribuna, o salário milionário do atual Prefeito de Curitiba, como Juiz aposentado do Tribunal de Contas. Denunciei os vencimentos e gratificações que o atual Presidente do BNH, Senhor Maurício Schulmann, teria recebido da COPEL.

A Câmara Municipal de Curitiba está julgando, no momento, o relatório da CPI da URBES, mas já temos notícias que os diretores daquela empresa pública ganhavam fortunas, baseados em lucros obtidos com a exploração na cobrança de asfalto para as ruas de Curitiba.

Se começarmos a enumerar os salários milionários, de jovens aposentados, que vivem a sombra neste Estado, chegaríamos à conclusão de que o trabalhador brasileiro é um grande injustiçado, pois é obrigado a trabalhar de sol a sol para construir a grandeza deste País. É também obrigado a assistir, o enriquecimento amoral dos que ganham aposentadorias milionárias e discriminatórias e que ainda no verdor da juventude, vivem faustosamente com o dinheiro público, enquanto o trabalhador de mãos calejadas, rostos marcados pelo envelhecimento precoce, é obrigado a assistir o crescimento de seus filhos sem alimentação decente, sem condições mínimas de higiene e educação, bebendo água de poços poluídos, utilizando instalações sanitárias primitivas, obrigados ao alimento que o Estado lhes dá, através da merenda escolar, porque seu salário não lhe permite oferecer à sua família um mínimo de nível de vida?

Trabalhadores brasileiros, hoje, sem direito a estabilidade, sem garantia do próprio emprego, sem direito de receber um salário, sem garantia de nada, sem direito, a receber um salário que



lhe permita, ao menos, oferecer à família oportunidade de projetar seu futuro.

O SR. MUGGIATI FILHO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, preliminarmente queria pedir a V. Exa. que transformasse seu pronunciamento, num pronunciamento em nome de nossa bancada, pela sua oportunidade e pelo acerto dos conceitos emitidos. Realmente, a diferença de classe constitui um dos maiores problemas do regime democrático. E aqueles que pugnam pela democracia não querem, não podem querer o desaparecimento das classes, mas sim a sua aproximação. E nós vemos que cada vez mais aumenta o abismo que separa as classes sociais.

V. Exa. diz bem que é dever de todos lutar pela dignidade dos salários, a fim de que todos tenham uma vida condigna junto à sua família. Nesta oportunidade em que se comemora mais um dia, mais uma data em homenagem ao trabalhador, em todo mundo há manifestações de ordem material e até mesmo daqueles que conduzem a vida espiritual da terra. V. Exa. tem presente que todas as Encíclicas Papais, todos os atos da própria Igreja, dizem respeito à situação do trabalhador. E todos os Governos democráticos assim o fazem.

De modo que, congratulando-me com V. Exa. pela oportunidade dos conceitos emitidos no seu discurso, porque talvez é a mais justa causa pela qual se possa lutar em todo o mundo, esta, da defesa do trabalhador, que representa a aproximação das classes sociais, sem as quais, na verdade, dificilmente se conseguirá a democracia em sua plenitude. Congratulando-me com V. Exa., reitero o apelo de nossa bancada para que subscreva em nome do MDB esse discurso que faz da tribuna.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Agradeço a manifestação do prezado colega Muggiati Filho.

O SR. GABRIEL MANOEL - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estamos assistindo até com euforia e admiração essa luta de V. Exa., que é a nossa luta, onde V. Exa. explana muito bem que as classes menos favorecidas do Paraná e do Brasil estão sofrendo. Mas não podemos fazer um paralelo, sem primeiro olharmos nosso caso. Um Deputado ganha 30 salários mínimos. Então seria o caso de V. Exa. também dizer quanto ganha e fazer um paralelo com aqueles humildes trabalhadores que estão lutando dia a dia. Que a imprensa saiba, que o Paraná saiba quais as verbas destinadas ao Deputado, quanto ganha um Deputado Estadual, para depois podermos fazer um paralelo e jogarmos pedra e enxovalharmos o Governo. Se ganhamos tantos salários, Deputados da Arena ou do MDB, não achamos justo que venha V. Exa. a esta tribuna, se me permite, com tiradas demagógicas, fazer um paralelo entre um humilde funcionário, entre o humilde trabalhador que também pertence à nossa classe, que, também, a Arena defende, dizer que aquele homem está passando fome, quando ganhamos vinte, trinta, quarenta vezes mais, com verbas de assistência para serem utilizadas em benefício do povo; recebemos um salário de nosso chefe, vinte, trinta vezes mais que aquele humilde funcionário público. Assim sendo, gostaria que V. Exa. dissesse quanto ganham os Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Quero agradecer a inteligência e a clareza de V. Exa. em trazer benefícios incontáveis ao humilde discurso que estou proferindo neste momento. Muito obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, "As multinacionais" aí estão, afrontando o nosso povo com a remessa abusiva de lucros, que a CPI da Câmara dos Deputados, equacionará nas próximas semanas.

Elas representam o contraste que hoje o povo brasileiro está vivendo; de um lado o enriquecimento do capital estrangeiro,

ro, escravizador, que com a sua sanha de lucros não se importa com as consequências de seus atos.

De um lado, funcionários públicos aposentados ou reformados ocupando os mais altos cargos públicos das empresas de economia mista e das organizações multinacionais, como se fossem verdadeiros pára-raios para as investidas dos nacionalistas contra os abusos destas organizações e destas empresas para-estatais.

De outro lado, o trabalhador brasileiro.

De um lado os salários abusivos, as representações faraônicas, os expedientes decorativos.

Do outro, os salários vis, o envelhecimento precoce, a fome, o desespero, a ausência de esperança.

É este quadro que desejamos que os homens que estão no Governo observem, neste Brasil de hoje.

Este quadro terrível que apresenta um povo esmagado pelo custo de vida, revoltado pelas deficiências da previdência social, pela sua marginalização num processo de desenvolvimento que parece destinado a beneficiar apenas alguns privilegiados e que faz tudo retornar a um passado do qual nós só temos lembranças amargas, onde, o povo brasileiro estava sendo sacrificado no altar dos interesses internacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil, este país tão grande e tão rico, este país de tantas glórias e de tantas tradições, não pode assistir impassível e omissor o empobrecimento de seu povo. O Brasil, este país dirigido por um homem com tantas boas intenções como é o general Geisel, cuja formação nacionalista e humana é um monumento levantado ao processo de redemocratização, não pode ser um País de surdos e cegos, insensíveis diante da realidade nacional".

O SR. GABRIEL MANOEL - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Diz um antigo adágio português: "A justiça começa em Casa".

Para que haja a justiça social preconizada por V. Exa. quando fala dos homens que ganham polpudos vencimentos, teríamos que começar pela Casa.

Hoje, V. Exa. é um Deputado digno, combatente e que luta pelo bem estar do Paraná e de sua gente, vê que existem anomalias, se assim nos é permitido dizer. Fazemos um paralelo entre o povo humilde, entre o povo trabalhador e outras pessoas que ganham polpudos vencimentos, mas nós esquecemos a nossa própria casa onde nós como deputados devemos então, neste instante, dar, à imprensa, a importância de nossos vencimentos, para podermos fazer um requerimento e exigir que se faça justiça ao povo do Paraná e ao povo brasileiro. Como pode V. Exa. continuar naquele provérbio que diz "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço", quando ganhamos importâncias polpudas para virmos aqui defender os interesses do povo, para virmos aqui, combativamente, como V. Exa. com a sua peculiar lucidez? Temos que lembrar que nós também somos bem aquinhoados e isto o povo precisa saber. Se nós defendemos um objetivo, se nós defendemos aquele povo trabalhador e humilde como dizia Getúlio Vargas, nós também teremos que dar satisfações ao povo, de quanto nós ganhamos, de quanto ganha o Deputado Estadual. Este paralelo que eu queria fazer, pedindo vênias a V. Exa. e colocando-me também no rol da defesa do povo humilde, este povo em nome de quem vimos à tribuna, falar, este povo que recebe 300 contos, este povo que não tem nem carne para comer.

Graças ao Presidente Ernesto Geisel, hoje foi elevado o salário-mínimo em 43 por cento, mesmo assim não podemos esquecer que ganhamos 30 vezes mais do que o salário dos nossos irmãos. Para podermos criticar a casa dos outros, é preciso fazermos um paralelo, primeiro fazermos um parêntesis no tocante a quanto ganha um Deputado, porque ganhamos vencimentos polpudos - se assim não fora, não estaríamos nesta Casa trabalhando três horas por dia.

Neste instante eu peço vênias a V. Exa., para irmos à Te-

souraria da Assembléia a fim de darmos o nosso vencimento para estes coitados trabalhadores que V. Exa. bem defende.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte de V. Exa., aliás um aparte muito esclarecedor, como já havia dito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Otássio pereira, da cidade de Londrina, nada mais justo nesta Casa do que realmente falar a verdade, e, quando ascende à tribuna uma pessoa que quer indentificar a realidade existente em todo o território nacional, vemos que a maioria desta Casa, os próprios Senhores arenistas comungam com o seu pensamento, que é o nosso pensamento e o pensamento dos 53 Deputados desta Casa.

O que nós recebemos não são vencimentos polpudos, são vencimentos que toda a imprensa, todo o povo brasileiro e todo o povo do Paraná conhece. Quem sabe o nobre Deputado Gabriel Manoel receba algum polpudo vencimento — o que nós recebemos e a maioria recebe, nesta Casa, é o vencimento descontado o imposto de renda, descontado em todos os emolumentos de ordem partidária e outros, do FEPA, é aquela importância já transcrita em todos os jornais do Estado do Paraná ou na maioria deles. O que nós não sabemos, ilustre Deputado, é o que V. Exa. fala nesta tribuna: quanto recebem os presidentes das autarquias, das sociedades de economia mista. O que nós queremos saber é justamente isto, a verdade que V. Exa. traz ao Paraná, com o seu pronunciamento, o desequilíbrio, que, enquanto nós Deputados, toda a imprensa sabe, todas as pessoas que sabem ler conhecem os vencimentos dos Deputados e os que não sabem, quem sabe conta para eles, é vencimento estipulado em lei nesta mesma Casa. O que queremos saber através do seu pronunciamento e de outros Deputados também da ARENA que comparecem à tribuna, é, como andam as coisas na própria cidade de Curitiba, no próprio Paraná. São disparidades que queremos conhecer, não é somente o que o ilustre Deputado traz a esta Casa, queremos saber, além de tudo aquilo que se passa na sociedade e eu creio que, como 53 Srs. Deputados, com a permissão do nobre Líder da Arena, creio que recebemos a mesma quantia estipulada pela Legislação passada e que ninguém conhece. Ninguém recebe polpudos vencimentos nesta Casa e nenhum dos 53 Srs. Deputados, quem sabe o Sr. Deputado foi privilegiado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte de V. Exa., Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O meu aparte tem por objetivo a habilidade de V. Exa. no instante em que faz esclarecimentos pela forma prejudicial que se adota neste País em busca de constante retalhações. Recentemente, a Fundação Getúlio Vargas lançou um edital e deu publicação que uma família, para viver, dependeria, para viver de forma comum, calculando a alimentação necessária para a subsistência, de uma família composta de quatro membros, pai mãe e dois filhos, chegou-se à fatal conclusão que para esta família ter simplesmente uma alimentação, num sistema de vida dos mais humildes, teria que dispendir 874 cruzeiros mensais e nós vimos hoje, o novo salário mínimo que não chega a 500 cruzeiros. O que nos causa admiração é saber, como representantes que somos, que foi estabelecido para o trabalhador deste País, e não para os parlamentares, e levanta um Deputado do Partido do Governo como se quisesse defender sua atitude, mas isto diminui a posição desta Casa, isto vem acima de tudo demonstrar a incapacidade do ilustre Deputado que deixa de perceber que o que recebemos nesta Casa é um valor estabelecido para Legislação anterior e S. Exa. é responsável pelo seu voto, pois também pertencia àquela Legislação.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Serei breve, Deputado Otássio Pereira, tenho uma informa-

ção a V. Exa. O Governador Jayme Canet Júnior, antes mesmo da sua posse, havia expressado a vontade de, no exercício do cargo honroso de Governador, haveria de gestionar junto às sociedades de economia mista e órgãos para-estatais do Governo, para que os seus Diretores não mais percebessem qualquer parcela no lucro das empresas. É necessário dizer a V. Exa. de que a proposição teve a aprovação unânime, com a participação do Sr. Secretário que representa o Governo majoritário naquela empresa.

Portanto, pediria a V. Exa. que os comentários, que V. Exa. fez, aliás já reprisados tantas vezes desta tribuna por ilustres Deputados, não tenha mais a significação de revolta de V. Exa., porquanto o Governo de Jayme Canet já está corrigindo.

Na primeira das assembleias realizadas por uma destas companhias, o seu governo já inseriu proibição da participação dos Srs. Diretores, nos lucros das empresas.

Na Copel, isso já é um fato, a aprovação ocorrida hoje na sessão realizada às 14 horas.

Era a informação que pretendia dar a V. Exa. dizendo que a ARENA aplaudiu a medida presidencial, aquela que nos últimos dez anos, concedeu percentualmente, um maior aumento do salário mínimo para a classe trabalhadora e obreira do Brasil.

Quer me parecer, que este aumento está aquém, dos níveis de inflação constatados pelos órgãos oficiais.

É motivo também, de satisfação da bancada da ARENA que é o partido que dá sustentação política ao governo revolucionário.

Muito obrigado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — “O trabalhador brasileiro, o trabalhador de todas as áreas e de todos os setores, seja ele funcionário público, operário, comerciante, professor, jornalista, intelectual, gráfico, enfim, o trabalhador deste País, não pode mais viver ao sabor de salários mínimos percentuais, como se fosse possível matar a fome das crianças brasileiras como promessas e decretos.

O trabalhador brasileiro, vítima inocente no grande complot dos interesses internacionais, precisa sentir que tem a seu lado o Governo Federal, sensível a seus problemas, à sua luta e ao seu desejo de participar do processo de desenvolvimento brasileiro.

O trabalhador, que deu o seu suor e as suas lágrimas, o seu sangue e a sua própria consciência cívica ao milagre brasileiro, quer agora que se fale em distribuição de riqueza neste País, receber a sua parcela pela sua participação no equilíbrio e no progresso deste Brasil.

Não quer as regalias especiais dos aposentados, ocupantes dos cargos mais ricos desta Nação; não quer o luxo dos carros oficiais nem os bafejos do Poder Público tão pródigos na premiação de amigos, parentes afilhados e compadres. O trabalhador brasileiro. Sr. Presidente, Srs. Deputados, só quer viver decentemente, só quer ver o seu filho, à escola, com vestuário decente, com alimentação que lhe permita ser útil no futuro; só quer que lhe permita ser útil no futuro; só quer que seu filho vá à escola para estudar e não busca da merenda escolar, quer ter um lar.

Decente, que não seja construído pela ganância dos que desejam enriquecer às custas do BHN e que nestes últimos anos, conforme denúncia do próprio Presidente do Banco, só usufruíram da omissão do BNH na fiscalização de suas obras; quer, repito, um lar decente, mas que possa pagar com o seu salário mínimo, sem ser obrigado a tirar a comida da boca dos seus filhos para garantir os lucros exorbitantes dos Diretores do Banco.

O trabalhador brasileiro quer ser democrata. . .

O SR. GABRIEL MANOEL — Seja V. Exa. também e me conceda o aparte.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — “... quer viver na democracia, quer respirar o ar puro da liberdade, quer amar, quer ser amado...”

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. está sendo ditador.

O Sr. OTÁSSIO PEREIRA — V. Exa. está tumultuando os trabalhos.

O Sr. GABRIEL MANOEL — Isto é demagogia.

O Sr. OTÁSSIO PEREIRA — V. Exa. está tumultuando o meu trabalho, nobre Deputado.

O Sr. GABRIEL MANOEL — Permita-me um aparte?

O Sr. OTÁSSIO PEREIRA — Não concederei a parte a V. Exa. É um direito que me assiste pelo Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE — A Mesa assegura ao Deputado Otássio Pereira a palavra, uma vez que é de sua exclusiva vontade a concessão ou não de apartes.

O Sr. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço, Sr. Presidente, a maneira como agiu V. Exa.

Prosseguindo "..." o trabalhador quer criar os seus filhos; quer ir aos domingos à Igreja, agradecer a Deus por ser brasileiro, por viver nesta terra abençoada.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se não nos sensibilizarmos com crianças descalças, doentes e com fome, com homens esfarrapados e famintos, com mulheres sem esperanças, com cidadãos sem poder exigir os seus direitos, com famílias inteiras a beira do despejo, então jamais poderemos falar em "Dia do Trabalhador".

Primeiro de maio, Senhores integrantes desta Casa, ainda não é, para nós brasileiros, um dia de festa e um dia de alegria.

Mas rogamos a Deus, que as palavras que saem do coração deste deputado que são palavras que devem estar sendo repetidas hoje em todos os recantos deste País, soem com o último dia quinze de novembro, não como uma advertência, pois quem somos nós para advertir, mas ao menos como um grito de alerta, para aqueles que, com as rédeas do poder nas mãos, podem fazer do Brasil, o maior País democrático do mundo."

Era este o pronunciamento que queríamos fazer no dia de hoje, quando amanhã se comemora em todo o mundo o "Dia do Trabalhador".

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Antes de V. Exa. encerra este pronunciamento, que vemos e sentimos que foi fruto de um trabalho de pesquisa e análise — e como tal tem que ser encarado seriamente — devo dizer que V. Exa. teve a preocupação de por no papel aquilo que deveria trazer à Casa.

Congratulo-me com V. Exa., e vejo até nos gestos, na atitude, no trabalho de V. Exa., o mérito para ganhar os polpudos vencimentos a que foram feitas referências nesta Casa.

Só entendo polpudos vencimentos para aquele novre colega que na sua argumentação se contenta apenas em comparecer ao plenário sem estar munido de um embasamento e de um estudo ou pesquisa para afirmar coisas sérias, para fazer de função de Deputados um trabalho realmente elogiável, um trabalho construtivo.

Observamos que, ontem, nesta Casa, quando o nobre Deputado Edilson Alencar fazia uma análise pura e clara dos funcionários. E hoje, com uma incoerência total, esse mesmo Deputado se levanta novamente para julgar os onorários dos Deputados como polpudos. Ontem, um peso e uma medida; hoje, outro peso e outra medida.

É contra isso que nos revoltamos. Porque, ontem, um Deputado apresentou à Casa, um trabalho construtivo, fruto de estudo, pesquisas e preocupações, e alguém, com de boche e brincadeira, veio perturbar os trabalhos desta Casa. Com atitudes dessa natureza, Sr. Presidente, tornaremos as sessões uma palhaçada, com o Plenário se esvaziando, e se assim continuarmos, não poderemos realçar e fazer com que este Poder Legislativo seja tratado com respeito, com aquele respeito que ele mereceu, o respeito que o povo acreditou em 15 de novembro.

Portanto, Deputado Otássio Pereira, minhas congratulações e minhas desculpas ao Sr. Presidente, não me contento com essa falta de preparo de homens que perturbam nosso expediente. Vim aqui com boa intenção, como a maioria dos Deputados,

quero ver este Poder crescer, tornar-se sempre mais digno. Não tenho vergonha de dizer o quanto ganha um Deputado, porque, afinal de contas, o nosso trabalho é louvável, e todo trabalho é louvável, e todo trabalho digno deve ser recompensado.

O Sr. GABRIEL MANOEL — Chega de mentiras, faça uma declaração na imprensa!

O Sr. OTÁSSIO PEREIRA — Deputado Nilso Sguarezi, agradeço o aparte de V. Exa.

O Sr. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. corajoso que é, não deve ter medo da verdade. Fui atacado por um colega que não teve a mínima educação. Solicito o aparte a V. Exa. para me defender.

O Sr. OTÁSSIO PEREIRA — Concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. GABRIEL MANOEL — Obrigado.

Deputado Otássio Pereira, vimos, na euforia desse moço que propugnou por um mandato, disse que tinha intenção de trabalhar pelo Paraná, pela nossa gente. Vimos agora, esse moço vir atacar a quem procura defender uma tese dentro do complexo normativo que rege esta Assembléia. Não vim atacar ninguém. Não sou covarde, porisso não me calo, só os covardes têm medo de enfrentar a luta.

Enfrentarei esse moço sem educação, esse moço que tem medo de falar na televisão o quanto ganha um Deputado: esse moço que não tem coerência e que vem mentindo ao povo do Paraná.

O Sr. LUIZ CARLOS ZUK — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito à Presidência que casse o aparte do ilustre colega Gabriel Manoel para que não faça acusações pessoais e diretas.

O Sr. GABRIEL MANOEL — A acusações foi direta, a resposta também tem que ser.

O Sr. PRESIDENTE — Está com a palavra o nobre Deputado Otássio Pereira.

O Sr. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para externar meu pensamento, para que não haja dois pesos e duas medidas.

O Sr. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte de V. Exa.

O Sr. PRESIDENTE — Esta Presidência indefere o pedido do Deputado Luiz Carlos Zuk, tendo em vista que a palavra está assegurada ao Deputado Otássio Pereira e a ele compete ou não conceder apartes e cassar ou não a palavra aquele apartante que a solicitou. Portanto, a Presidência desta Assembléia continua assegurando a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O Sr. OTÁSSIO PEREIRA — Gostaríamos, para terminar nosso pensamento, de dizer que nós não temos medo da verdade. Se nós tivéssemos medo da verdade, estaríamos no partido em que o nobre Deputado Gabriel Manoel se encontra. Estaríamos gozando do bofejo do Governo, estaríamos gozando dos favores do Governo do Estado. Nobre Deputado, nós não temos medo da verdade. Não estamos aqui para fazer demagogia. Vimos dizer aqui, como V. Exa. sabe perfeitamente que grande parte de nossa população, queira ou não queira V. Exa., está passando fome.

O Sr. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para esclarecer que o Deputado Gabriel Manoel fez um desafio, para que eu fosse à Televisão e eu aceito o desafio. Apenas, como modesto homem do interior, não tenho influência para conseguir um Canal de Televisão para isso. Se S. Exa. conseguir, estarei lá, levando de bom grado, todas as importâncias que obtive até agora e faço um contra-desafio, nobre Deputado Gabriel Manoel, de levar também os trabalhos legislativos que dependem de pesquisa e estudo. E então faremos um confronto entre os que V. Exa. produziu nas várias legislaturas e os que este modesto Deputado em apenas dois meses, conseguiu produzir.



É o contra desafio que se V. Exa. quiser, fica consignado. Agradeço ao Deputado Otássio Pereira a oportunidade que me ofereceu.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Agradeço o aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Como eu não consegui um polpudo vencimento nesta Casa faço o seguinte requerimento, se o ilustre Deputado me permitir.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Pois não.

O SR. DENI SCHWARTZ - (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes, Eng. Osires Sthenguel Guimarães, expediente solicitando estudos iniciais, bem como, a inclusão no Plano Rodoviário Estadual, de uma ligação rodoviária entre a cidade de Santo Antonio do Sudoeste e o ponto mais conveniente da futura estrada Francisco Beltrão Planalto, cujo Projeto Final de Engenharia já se encontra concluído.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1 - Com a definição do traçado da estrada Francisco-Beltrão-Planalto, pelo divisor da Serra do Capanema, uma ligação entre Santo Antonio do Sudoeste e Este, facilitará o escoamento da produção de uma vasta região.

2 - Haverá uma sensível redução na distância entre aquele Município e Curitiba.

3 - Interligará os Municípios hoje pertencentes à Comarca de Santo Antonio do Sudoeste (Ampére e Salgado Filho)".

É o requerimento que faço à Mesa, para que não saiam daqui, que estão nos assistindo, achando que nós estamos ganhando polpudos vencimentos. Já solicitamos informações sobre quanto ganham os homens que dirigem as autarquias mistas deste Estado. Há poucos dias afirmava aqui, que o Município onde eu nasci, tem uma arrecadação inferior ao que recebe um Diretor de uma dessas autarquias.

Esse requerimento que faço à Casa, para que submeta à apreciação dos Srs. Deputados, e se aprovado, que se divulgue pela imprensa quanto ganha um Deputado, inclusive os membros da Comissão Executiva.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Vamos agradecer, para finalizar, a atenção dos Srs. Deputados e dizer que no próximo dia 1º de maio de 1976, gostaríamos de usar a tribuna, não para dizer que o povo está sofrendo, nem para dizer que existem centenas e centenas de crianças espalhadas por este afora, sem poder frequentar um banco escolar porque seu pai não ganha o suficiente nem para a sua subsistência.

Gostaríamos, Sr. Presidente, de usar esta tribuna no próximo dia 1º de maio de 1976, para dizer que não existe mais filas no INPS, para dizer que o trabalhador brasileiro está contente, para dizer que o nosso trabalhador sofrido, neste propalado milagre brasileiro, possa participar efetivamente na distribuição das riquezas nacionais, possa participar efetivamente do milagre brasileiro.

Sr. Presidente, o nosso trabalhador quer ser democrático, o nosso trabalhador quer melhores dias para seus filhos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, lido da Tribuna. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da Tribuna. Necessita de apoio. -

O SR. LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - Deferido o requerimento do Sr. Deputado Lúcio Machado.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 32 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento de Sessão e consequente votação.

Em votação o Projeto de Lei do Sr. Deputado Gabriel Manoel, digo Sampaio. - **Aprovado.** - Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente. - Necessita de apoio. - **Apoiado.**

Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1) 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 63/74, de autoria do Dep. Ovídio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo e integrar na rede de Ensino os Colégios Vidigal e São Lourenço, do Município de Cianorte, pertencente à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F., e C.I.P. **Aprovado.**

2) 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 75/74, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo transferir para a jurisdição da 21ª CIRETRAN com sede no Município de Município de Irati, os serviços de trânsito dos Municípios de Imbituva e São Mateus do Sul. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P., com **EMENDA**. Encerrada a discussão. Em votação. ( ) Projeto e Emenda. Em votação em primeiro lugar a Emenda. O SR. DOMICIO SCARAMELLA - Peço, Sr. Presidente, minhas escusas por ter me antecipado a V. Exa. Já havia diálogo de nossa parte e do nobre Deputado Zuk com o Líder da Arena, para a retirada da votação por 10 sessões e hoje, faço apelo à Bancada da Arena e do MDB, para que votemos contra este projeto, apresentado pelo ex-Deputado João Mansur. Quero lembrar ao nobre Deputado que o Ciretran de União da Vitória tem controle sobre São Mateus e de Ponta Grossa sobre Imbituva. É de grande interesse da região sejam subordinadas a estas duas zonas. Faço apelo para rejeição dos dois Projetos.

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação a emenda.

**Rejeitada.** Em votação o Projeto. **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 08/70, de autoria do Deputado Eurico Batista Rosas, que estabelece normas para divulgação dos Trabalhos Legislativos e dá outras providências. Parecer **favorável** da C.C.J. - **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:



Art. 1º - A Comissão Executiva divulgará, diariamente, um sumário dos trabalhos das comissões técnicas e das sessões legislativas.

Parágrafo único - A divulgação dos trabalhos legislativos a que se refere este artigo será feita:

a) em um jornal de circulação comprovada em todo o Estado, que se habilite em concorrência pública anualmente levada a efeito para esse fim;

b) no Diário Oficial do Estado que circular no dia imediato ao da realização das sessões.

Art. 2º - A Comissão Executiva regulamentará a presente Resolução, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1970

a) EURICO BATISTA ROSAS

A JUSTIFICAÇÃO será feita em Plenário.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/70

Autor: EURICO BATISTA ROSAS

SÚMULA: "Estabelece normas para divulgação dos trabalhos legislativos e dá outras providências".

1 - O Projeto de Resolução acima referido foi elaborado nos termos em que dispõe o Regimento Interno e determina a divulgação diária, de um sumário dos trabalhos das comissões técnicas da Casa e das sessões legislativas.

2 - Trata-se de matéria de competência exclusiva desta Casa. Assim sendo, verifica-se que a iniciativa em questão não apresenta qualquer vício, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à oportunidade, nada temos a contestar.

Em face de tais condições, somos pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

a) PRESIDENTE e RELATOR - Ilegíveis.

#### RESOLUÇÃO Nº 25/68

##### SÚMULA:

Autoriza realização de Plebiscito na área pertencente ao município de Iporã a fim de decidir sobre a criação do município de Francisco Alves.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO.

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante delimitada pertencente ao município de Iporã a fim de decidir sobre a criação do município de Francisco Alves.

Começa no marco de Lei cravado no perímetro divisor dos números 191 e 113, à margem direita do rio Piquiri e com o rumo Norte segue pelo perímetro divisor dos lotes até alcançar a cabeceira do córrego denominado - Córrego da Divisa, descendo pelo mencionado córrego até a barra do rio Xambrê, descendo pelo rio até a barra do Piquiri, subindo pelo mencionado rio até encontrar o marco, o ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1968

a) ERONDY SILVÉRIO

#### PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/7

Autor: Deputado PAULO POLI

##### Súmula:

Revoga a Resolução nº 25/68, de 18 de dezembro de 1968, que autorizou o plebiscito para a criação do município de Francisco Alves.

I - Segundo se observa da justificativa apresentada, a autorização dada pela Resolução nº 25/68, está eivada de erros o que por si só, provocaria sua anulabilidade, pois infringe dispositivos da Lei Complementar nº 1, de 1969, e do Ato Complementar nº 46 do mesmo ano.

II - Assim sendo, opinamos favoravelmente a medida pretendida pelo autor, corrigindo o ato anterior.

Salvo melhor entendimento,

é o nosso parecer.

Sala das reuniões em 30 de junho de 1971.

aa) WILSON BRANDÃO - Presidente

EMILIO CARAZZAI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 52/73, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que acrescenta inciso com redação que especifica, ao artigo 39 do Regimento Interno. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. - Aprovado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### R E S O L V E:

Art. 1º - O artigo 39 do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso:

"XIV ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS"

Art. 2º - À Comissão de Assuntos Administrativos compete manifestar-se sobre os Projetos de Lei relacionados com criação, alteração, classificação ou quaisquer assuntos relacionados com o quadro de Funcionalismo Civil do Estado.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1973

a) WILSON FORTES

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52/73

Autor: Deputado WILSON FORTES

O ilustre Deputado WILSON FORTES, com o projeto de resolução em exame, visa acrescentar um inciso no artigo 39 do Regimento Interno e com isso criar mais uma Comissão Técnica, a qual seja a de Assuntos Administrativos.

Como se depreende do artigo 2º da proposição, compete à referida Comissão, manifestar-se sobre Projetos de Lei relacionados com quaisquer assuntos que digam respeito ao quadro do Funcionalismo Civil do Estado.

A iniciativa é perfeitamente regimental e legal, e vem preencher uma lacuna, razão porque somos de parecer que deve a mesma ser aprovada.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

aa) PRESIDENTE - Ilegível

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

#### PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52/73

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado WILSON FORTES, objetivando acrescentar um inciso ao artigo 39, do Regimento Interno da Casa e a criação de mais uma Comissão de Assuntos Administrativos.

A Douta comissão de Constituição e Justiça, ao apreciar a matéria, opinou pela sua aprovação, concluindo pela oportunidade da medida proposta.

Sob o aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não há nenhum obstáculo que se lhe possa antepor, pelo que OPINO PELA APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1973.

aa) PRESIDENTE e RELATOR – Ilegíveis.

# LEI Nº 6156

SÚMULA: Dá nova redação ao artigo 10 da Lei 5.957, de 20 de junho de 1969 e determina outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – O artigo 10 da Lei 5957, de 20 de junho de 69, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 – Os atuais Professores de Educação Física e Orientadores Educacionais, em exercício específico dessas funções, portadores respectivamente de Curso Superior de Educação Física e diploma de Orientador Educacional, enquadrados atualmente no ensino primário ou médio, serão enquadrados mediante requerimento, os primeiros na classe de Professor Licenciado, nível “24”, e os seguintes, na classe de Orientador Educacional nível “23”.

Parágrafo único ... vetado ...

Art. 2º – Os cargos isolados de provimento em Comissão da Diretoria de Administração, Diretor da Diretoria da Despesa Fixa e Diretor do Departamento Estadual de Estatística, do Quadro Único do Pessoal da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, ficam elevados ao símbolo imediatamente superior da respectiva tabela de remuneração.

Art. 3º – Aos integrantes da Série de Classe de Engenheiro, do Quadro Próprio de Pessoal do DER, fica instituída uma gratificação mensal de produtividade, referente à administração e fiscalização de obras de serviços rodoviários, igual ao valor do vencimento fixo do respectivo cargo efetivo, serviços rodoviários, igual ao valor do vencimento fixo do respectivo cargo efetivo.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, Curitiba, em 2 de outubro de 1970

aa) PAULO PIMENTEL

Joaquim dos Santos Filho

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 230/73, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que dispõe sobre a Anistia das Multas a Fazenda Estadual. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. – **Aprovado**.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 281/73, de autoria dos Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, que institui no Departamento de Trânsito a Taxa de Peritagem. Parecer **CONTRÁRIO** da C.C.J. e **FAVORÁVEL** da C.F. – **REJEITADO**.

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, Requerimento de autoria

do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 27/75. – **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Educação e Cultura e Diretor Superintendente da Fundepar, no sentido de serem adotadas medidas visando a ampliação de ginásio e construção de colégio em Ibatiti. – **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando estudos para a ligação rodoviária da cidade de Santo Antonio do Sudoeste. – **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações à direção da COPEL, a respeito dos motivos por que ainda não se iniciaram os serviços de suprimento de energia elétrica a São Pedro e Luz Marina, para fiel cumprimento do convênio com a Prefeitura Municipal de Toledo. – **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo 69º aniversário do jornal “Diário dos Campos”, da cidade de Ponta Grossa. – **Aprovado**.

O SR. MAURÍCIO FRUET – (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para dizer a Casa que quando fizemos este pedido de informações, pretendíamos expô-lo da tribuna no Grande Expediente, e uma vez que o mesmo não foi lido na Hora do Expediente, nós entendemos ser o assunto de grande importância, principalmente para os setores em que o Estado deve zelar, nós pretendíamos então que este requerimento, uma vez que não foi lido, de acordo com a determinação da Mesa Executiva, fosse transferida a sua leitura para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE – Deferido. Uma vez que a norma desta mesa, apenas apreciou os requerimentos lidos pelo ou pelo Sr. 1º Secretário ou durante a Hora do Expediente, portanto fica para a próxima sessão ordinária.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, lido em Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando pedido de informações ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, através do Sr. Governador do Estado, referente a assuntos ligados ao leite. – **Em discussão**.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem) Sr. Presidente, sobre o mesmo assunto tem sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Lúcio Machado. Quer me parecer que o assunto é o mesmo e consulto a Presidência sobre a possibilidade de que ambos sejam discutidos englobadamente.

O SR. PRESIDENTE – Deferido.

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem). Sr. Presidente, parece que regimentalmente, uma vez que pedi para discutir o requerimento do Deputado Adalberto Daros, ficou transferido para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, através do Sr. Governador do Estado, referente à entrega do leite com impureza. – **Em discussão**.

O SR. ARAGÃO DE MATOS LEÃO – Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. ARAGÃO DE MATOS LEÃO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa ficou apreensiva quando o colega Deputado Lúcio Machado e mesmo este Deputado que presidiu a Comissão de Saúde desta Casa, procuraram tomar conhecimento em deta-

lhes de todos os fatos no que diz respeito ao problema do leite na Capital do estado do Paraná.

Nobre Deputado Lúcio Machado, além de seu requerimento, temos conhecimento de um outro de igual teor, de autoria do Deputado Adalberto Daros, e nos propomos a oferecer algumas informações dos critérios que foram empregados na análise do leite.

Produtos desta natureza na sua fiscalização de qualidade, têm alguns tópicos importantes como por exemplo, a análise química e bacteriológica.

No presente caso, o que se realiza é a colimetria, quer dizer a contagem de bacilos de colin que contém o leite.

Evidentemente, quando requisitos padrões são necessários e não são preenchidos, diz-se que o produto não é de boa qualidade.

No presente caso, havia, logicamente, um aumento de conteúdo bacteriológico no leite. Mas o que é mais importante, Deputado Lúcio Machado, é o papel da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Paraná, neste episódio. Na verdade, como V. Exa. já deve ter compreendido, a fiscalização, a nível de produtor, não compete à Secretaria de Saúde e sim ao DIPOA, que é o Departamento Federal.

A Secretaria de Saúde apenas participou desse episódio no sentido de dar tranquilidade à população do Paraná, quanto a saúde a nível de consumidor.

Mas, podemos assegurar a esta Casa, com toda tranquilidade, com toda certeza, que o produto que não esteja enquadrado nesses padrões, em hipótese alguma, se encontra à disposição do mercado.

É essa garantia que queríamos transmitir ao povo do Paraná, para que os pais de família fiquem tranquilos, porque a única preocupação da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social foi justamente garantir boas condições de higiene ao produto consumido por nossa população.

O teor de seu Requerimento, Deputado Lúcio Machado, à Secretaria de Saúde, quer nos parecer um pouco deslocado, tendo em vista que a participação da Secretaria foi indireta, a nível do povo, do consumidor. Nada temos a opor quanto a informação que deve ser prestada pela Secretaria, mas, talvez ficasse muito melhor posto para a Assembleia Legislativa, um Requerimento fosse dirigido aos Departamentos Federais competentes, e quiçá à própria SUNAB que tem interesse no abastecimento do leite na Capital. Temos certeza que S. Exa. o Sr. Deputado compreendeu a nossa explanação e compreendendo, que melhor ficaria se seu requerimento fosse retirado e numa ocasião oportuna, encaminhado ao órgão que realmente tem condições de fornecer as informações, et todos os dados que pede.

Assim, apelamos para o entendimento no nobre Deputado ao mesmo tempo que reafirmamos com as palavras desta Casa e da Secretaria de Saúde, ao povo do Paraná, que a situação é de tranquilidade. De forma nenhuma, em época alguma, o produto com impureza esteve à disposição do mercado e entregue ao consumo de nossa população.

Quando pequenos detalhes de qualidade não estão preenchendo os requisitos necessários, imediatamente o produto é retirado do mercado, não havendo, portanto, risco nenhum, nem prejuízo à população consumidora. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, estou formulando requerimento que devo encaminhar a V. Exa., para solicitar, ouvido o Plenário, e desde que no Plenário seja ouvido, os autores dos requerimentos, e que os mesmos possam emitir sua opinião, que o requerimento dos Deputados Lúcio Machado e Adalberto Daros, dada a complexidade do assunto em pauta, sejam remetidos à Comissão Permanente de Saúde Pública, para que haja pronunciamento técnico daquela Comissão, e para que todos nós fiquemos esclarecidos sobre a forma de como devemos votar.

Quer me parecer que o assunto envolve também problemas de ordem pessoal, e sei que os autores dos requerimentos gostariam também de verificar, para que todos os ângulos e aspectos do problema pudessem ser atendidos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, solicita de V. Exa., ouvido o Plenário, o envio para a Comissão de Saúde desta Assembleia Legislativa, os Requerimentos de autoria dos Srs. Deputados Lúcio Machado e Adalberto Daros.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI”.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concorda e coloca em discussão o requerimento que pretende sejam enviados à Comissão de Saúde Pública, os Requerimentos dos Srs. Deputados Lúcio Machado e Adalberto Daros.

Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que apresentamos à Casa, a fim de que seja submetido à apreciação dos Srs. Deputados, com relação ao episódio ocorrido sobre o leite entregue à população de Curitiba nos últimos dias, é fundamentalmente baseado na defesa e na segurança da saúde popular.

Talvez não tivéssemos usado a forma mais eficiente, mais relevante, mais importante, e até mesmo, mais segura para o encaminhamento deste requerimento.

Após ouvirmos as ponderações dos ilustres Deputados Aragão de Matos Leão e Ivo Thomazoni, Líder do Governo, que propõe que nosso requerimento tenha outro destino para sua apreciação, aquiescemos, porque verificamos que esta tomada de posição dos representantes da bancada da Aliança Renovadora Nacional é a mais conveniente.

Queremos, nesta oportunidade, a viva voz, nesta tribuna, esclarecer que somos e haveremos de ser na constância de nossa trajetória como cidadão contra qualquer meio que possa proporcionar um esconderijo aqueles que cometem erros, principalmente quando se trata de erros que prejudicam a população, cuja arma é representada por crianças, é representada pelo mundo infantil.

Sabem os Srs. Deputados perfeitamente que a melhor forma de resguardar a condição de dignidade do homem, da sociedade enfim, também, das empresas é denunciar, os erros que eles cometem para não envolver os homens, as outras empresas e o restante da sociedade que não participou desses erros.

Foi este o motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que me levou a consignar em meu requerimento, a forma de atitude às vezes drástica que se divulgue o nome da firma, o nome de seus componentes, as pessoas físicas, que integram essa firma a fim de resguardar não só a segurança da população, consumidora do produto básico da alimentação, que é o leite, mas, também, resguardar a dignidade e a honra das demais empresas que têm tido o cuidado, na constância da sua atividade, de entregar o produto em condições de ser consumido pela população de Curitiba, do Paraná e do Brasil.

Dou a minha total aquiescência aos Deputados Aragão de Matos Leão e Ivo Thomazoni, líder do Governo, para que encaminhem o requerimento ao destino que eles acham ser o melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não haveria necessidade de reforço à defesa do requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni uma vez que



já foi defendido pelo Deputado que me antecedeu.

Contudo, como se trata de matéria com a qual tivemos uma vivência muito grande quando ocupamos função pública, como engenheiro sanitarista, quero parabenizar-me com a atitude do Deputado Lúcio Machado ao concordar com a apreciação de seu requerimento pela Comissão Técnica.

Isto porque já de antemão, como membro da Comissão Técnica de Saúde, desta Casa, eu quero dizer a V. Exa. que estes fatos de natureza ainda não identificados, não sabemos se o problema a que se referiu a imprensa do Paraná relacionado ao leite é um problema de adulteração químico-física. Então nós não deveríamos divulgar, no meu entendimento técnico no caso, pela Secretaria de Saúde Pública, não deveríamos divulgar por enquanto, o nome da firma, sem primeiro sabermos da análise do problema que foi descoberto. Realmente é da Diretoria da firma a culpabilidade maior, ou, se foi negligência de funcionários da usina — se é que este produto vem sendo, através de usina, sendo pasteurizado, porque poderá estar inserido, cadastrado no mercado um produto não pasteurizado, então, aí há a possibilidade de se incorrer tecnicamente em erro em torno da matéria.

Através da Comissão Especial desta Casa haveremos de analisar mais detidamente o problema, e sobretudo através de um levantamento junto à Secretaria da Saúde e do DIPOA do Ministério da Agricultura, para ver de que tipo foi e que irregularidade foi, adulteração, contaminação, não sabemos.

Então eu quero, apenas citando estas possibilidades, reforçar o requerimento do nobre Deputado Ivo Thomazoni e haveremos de fazer e haveremos de nos empenhar porque justa e oportuna foi a manifestação do Deputado Lúcio Machado.

Lembro-me, ainda do meu tempo, de uma notícia infundada, ou mal divulgada pela imprensa, sobre um produto que estaria adulterado, contaminado física, química, bacteriológica ou organicamente. Isto poderá redundar na falência da firma porque ninguém mais vai comprar este produto. Então é preciso que se diga exatamente o que foi que ocorreu, porque na realidade nós ainda não sabemos e nem sabemos se a fiscalização já teve tempo suficiente para apurar a profundidade do problema.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Questão de ordem). Sr. Presidente, desejaria saber da Mesa se a Comissão de Saúde foi instalada, portanto não pode ir para a Comissão de Saúde.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Questão de ordem).

O SR. PRESIDENTE — Antes de conceder a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Quielse Crisóstomo, esta Presidência responderá a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Deni Schwartz.

Esta Presidência mandou verificar, através das Comissões, se realmente foi instalada a Comissão de Saúde Pública desta Casa. Portanto, solicitaria ao Sr. Deputado que aguardasse alguns instantes, se quer a palavra para questão de ordem, a fim de que a Mesa solicite as informações.

O SR. DENI SCHWARTZ — Declino e aguardarei a Comunicação da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — A Comissão de Saúde Pública é composta pelos Srs. Deputados. (Lê "Diário da Assembléia" publicado no dia 19.03.75, sobre a composição da Comissão de Saúde).

O SR. DENI SCHWARTZ — Está constituída a Comissão. Agradeço.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem). Somente para agradecer à Mesa. Não poderia ser outra a informação a não ser a que a Mesa comunicou à Casa.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento do Sr. Ivo Thomazoni. — **Aprovado.**

Requerimento do Sr. Otássio Pereira, adiado da tribuna,

de ontem. (Lê o requerimento sobre carteira de estudante para o Ginásio de Porecatu). — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, se não me falha a memória, o Deputado Sr. Deni Schwartz retirou o requerimento. Solicitaria a V. Exa. informasse se o Deputado retirou o requerimento ou se não se encontra sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento não chegou a ser lido pelo Sr. Secretário. Portanto, ficará para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo à Fundepar, no sentido que sejam fornecidas carteiras para o Ginásio Estadual de Porecatu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando a retirada de requerimento apresentado em Sessão anterior, contendo apelo à Copel. — **Deferido. — Arquite-se.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 5 de maio, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEN DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 26/75.

2ª DISCUSSÃO — dos projetos de Resolução nºs 8/70, 6/71 e de Lei nºs 226/73 e 230/73.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 29/75, 30/75, 31/75 e de Lei nºs 174/74, 197/74, 156/74 e 27/75.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### 8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de hum mil, novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo-da Silva e contando com a presença dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Aragão de Matos Leão, Gabriel Manoel e Benedito Lúcio Machado. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: **PROJETO DE LEI Nº 146/74**, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estrada de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga Marilândia à BR-277, no Município de Matelândia, via Diamante do Oeste. Relator Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer contrário — **aprovado.** **PROJETO DE LEI Nº 161/74**, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) à viúva Carmem de Azevedo Marques de Mello. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — **aprovado.** **PROJETO DE LEI Nº 09/75**, de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada com pavimentação asfáltica, ligando BR-369 à Guaíra, passando por Assis Chateaubriand. Relator Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer contrário — **aprovado.** **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/75**, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Ex-Proposição 189/74. Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secre-

taria de Segurança Pública e os Municípios de Arapoti, Barra do Jacaré, Chopinzinho, Jandaia do Sul, Leopólis, Marilândia do Sul, São Jerônimo da Serra e Tapejara, com as finalidades que especifica. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável – aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/75**, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição nº 179/74. Aprova os termos dos Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Assis Chateaubriand e Dois Vizinhos, objetivando construções de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos Municípios. Relator Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer favorável – aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/75**, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição nº 29/75. Aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o Município de Verê, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido Município. Relator Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer favorável – aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretariada, para que produza os efeitos legais.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente.

a) Teresinha B. de Moura e Claro – Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

8ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de hum mil, novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala de Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Accioly Neto, e presentes os Srs. Deputados Waldenício Barbalho, Luiz Roberto Soares, Fabiano Braga Cortes, Ezequias Losso e Iyan Rüppel, e o Sr. Assessor Francisco José da Cunha Gebran. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) – **PROJETO DE LEI Nº 2/75**, do Deputado Benedito Lúcio Machado. Autoriza o P.E. Criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Município de Santo Antonio da Platina. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer contrário. aprovado. 2) – **PROJETO DE LEI Nº 17/75**, do Deputado Fabiano Braga Cortes. Autoriza o P.E. doar ao Município de Telêmaco Borba, o imóvel onde funciona o Grupo Escolar Leopoldo Mercier. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer favorável com Substitutivo Geral. Aprovado. 3) – **PROJETO DE LEI Nº 20/75**, do Deputado Otássio Pereira. Autoriza o Poder Executivo criar na cidade de Ivaiporã, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer contrário. Aprovado. 4) – **PROJETO DE LEI Nº 21/75**, do Deputado Otássio Pereira. Autoriza o Poder Executivo criar no Município de Faxinal, um Curso de 2º Grau, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer contrário. Aprovado. 5) – **PROJETO DE LEI Nº 28/75**, do Deputado Egon Pudell, Declara de utilidade pública a Fundação Educacional de Toledo, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade. Deferido. 6) – **PROJETO DE LEI Nº 32/75**, do Deputado Edilson Alencar. Autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção Regional de Ensino, no Município de Assis Chateaubriand, com jurisdição que especifica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer contrário. Apro-

vado. 7) – **PROJETO DE LEI Nº 142/74**, do Deputado Borsari Netto. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Civil Golden Cross, Assistência Internacional de Saúde, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Requerida vista pelo Sr. Deputado Waldenício Barbalho. Deferido. 8) – **PROJETO DE LEI Nº 150/74**, do Deputado Odilon Reinhardt. Cria no Município de Cascavel, o Distrito Judiciário de Juvinópolis, com divisas a serem fixadas. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer contrário. Aprovado. 9) – **PROJETO DE LEI Nº 190/74**, do Deputado Nelson Buffara. Denomina Grupo Escolar Otalípio Pereira de Andrade o atual Grupo Escolar de Bateias, No Município de Campo Largo. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer favorável. Aprovado. 10) – **PROPOSIÇÃO Nº 7/75**, do Poder Executivo. Mensagem nº 5/75, encaminhando cópia do Termo Aditivo ao convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre, para fins que especifica. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 11) – **PROPOSIÇÃO Nº 54/75**, do Poder Executivo. Mensagem nº 17/75, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Cianorte, para construção da Delegacia de polícia e Cadeia Pública. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável, com Projeto de Resolução. Aprovado. 12) – **PROPOSIÇÃO Nº 55/75**, do Poder Executivo. Mensagem nº 18/75, encaminhando cópia dos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios de Assaí, Mandaguaçu e Chopinzinho, para fins que especifica. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, marcando outra para a próxima quarta-feira. Lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente. Deputado Accioly Neto, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) Rita Celestino Soares – secretária

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de hum mil, novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Reuniões, com a presença dos Senhores Deputados: Rosário Pitelli, Werner Wanderer, Edilson Alencar e Jurandir Messias. Havendo número legal o senhor Presidente, declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: **PROJETO DE LEI Nº 148/74**, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, criar e instalar através da Secretaria de Educação e Cultura, cursos de 1º e 2º grau, no Distrito de Campo Bonito, município de Guaraniaçu. Relator: Deputado Jurandir Messias. Parecer: favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 19/75**, de autoria do Senhor Deputado Otássio Pereira, que autoriza o Poder Executivo, criar na cidade de Ortigueira um Curso de 2º grau. Relator: Deputado Edilson Alencar. Parecer: Contrário. Aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 29/75**, de autoria do Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual no Distrito de Marimbondo, município de Siqueira Campos e dá outras providências. Relator: Deputado Edilson Alencar. Parecer: Contrário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) ROSÁRIO PITELLI – Presidente

a) Maria Aparecida Amaral – secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
8ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de hum mil, novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lido e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Luiz Alberto de Oliveira apresentou redação final dos seguintes processos: **PROJETO DE LEI Nº 234/73**, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria a estrada PR-25, que liga a sede do Município de Tijucas do Sul ao Morro do Tigre. **PROJETO DE LEI Nº 159/74**, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Comunidade Estigmática de Curitiba, integrante da Associação dos Estigmatinos para Educação e Instrução Popular. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71/73**, Ex-Proposição nº 204/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas dos referidos Municípios. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73/73**, Ex-Proposição nº 248/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de Radiocomunicação de fonia e telegrafia, nos referidos Municípios. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78/73**, Ex-Proposição nº 255/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/74**, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 07/74, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, e a manutenção e conservação dos referidos equipamentos. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/74**, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 09/74, que aprova os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Pien, Leopólis, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos referidos Municípios. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/75**, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 200/74, que aprova o Termo Aditivo firmado ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e a Superintendência do Desenvolvimento Regional do Nordeste do Estado do Paraná. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente  
a) Lélcio Sotto-Maior - secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA – 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Alfredo Gulin, presentes os Senhores Deputados Valter Pietrângelo e Linneu Turra, havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, não havendo expediente sobre a mesa, passou-se de imediato à ORDEM DO DIA. **PROJETO DE LEI Nº 10/75**, de autoria do Senhor Deputado Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo construir no distrito de Santa Felicidade, desta Capital, um prédio em alvenaria, destinado ao funcionamento de cursos de Primeiro Grau, relator o Senhor Deputado Alfredo Gulin, Presidente desta Comissão que avocou o supra dito Projeto de Lei número 10/75, parecer pelo Arquivamento, aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 193/74**, de autoria do Senhor Deputado Antonio Maciel Filho, que denomina de “Estrada dos Pioneiros do Paraná”, a Rodovia que liga Mauá a Ivaiporã, relator o Senhor Deputado Valter Pietrângelo, parecer favorável, aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 186/74**, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que denomina “Estação Engenheiro Rosaldo Gomes de Mello Leitão”, a estação ferroviária localizada no quilômetro 54, da Estrada de Ferro Central do Paraná, relator o senhor Deputado Alfredo Gulin, que avocou o acima mencionado Projeto de Lei nº 186/74, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor Presidente assinada, bem como por mim secretário.

a) ALFREDO GULIN – Presidente  
a) Roberto Diniz Satyro – secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
8ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quíelso Crisóstomo e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Aragão de Matos Leão e Gabriel Manoel. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: **PROJETO DE LEI Nº 136/74**, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério que, autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Curitiba, com a finalidade de construir na estrada do Cavalo Baio (BR-940), ligação Curitiba-Araucária, uma ponte de concreto sobre o Rio Barigui. Relator Senhor Deputado Aragão de Matos Leão, parecer contrário. Aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 149/74**, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que cria o Distrito Judiciário de Ouro Verde, no Município de Corbélia, com divisas a serem fixadas pelo Poder Judiciário. Relator Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo fixar em importância não excedente a 20 por cento do maior salário mínimo do Estado, os honorários de serviço dos Despachantes a Oficiais de Trânsito. Relator Senhor Deputado Aragão de Matos Leão, parecer favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 182/74**, de autoria do Deputado Olavo Ferreira que dá nova redação ao artigo nº 248 da Lei nº 6174, de 16.11.70. Relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer contrário. Aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 26/75**, de autoria do Senhor Deputado Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo construir prédio de al-



venaria destinada ao funcionamento de curso de 1º grau, no Grupo Escolar Santo Antônio da Colônia Orleans, desta Capital, em terreno a ser doado pela Curia Metropolitana. Relator Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer contrário-favorável **PROJETO DE LEI Nº 27/75** — de autoria do Poder Executivo— Mensagem nº 15/75, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva prorrogar até 30 de junho de 1977, os efeitos da Lei nº 6547 de 06.07.74. Relator Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer favorável-aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23/75** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição 190/74. Aprova os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais, que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas naquelas comunas. Relator Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

TERESINHA B. DE MOURA E CLARO — Secretária

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 242/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

Art. 1º — Autorizar o pagamento da gratificação, prevista pelo Decreto Estadual 6153, de 21 de julho de 1967 e no disposto do Art. 4, do Decreto Legislativo 68/75, de 20 de fevereiro de 1975, aos funcionários abaixo discriminados:

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERAL

**Farid Luiz Guérios**

SEÇÃO DE EMPENHOS E REQUISIÇÕES

**Sérgio Valério Antanucio**

SEÇÃO DE CADASTRO DE PESSOAL

**Loizel Ruppel Bittencourt**

SEÇÃO DE REGIME LEGAL

**Rene Vasco Garcia**

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

SEÇÃO DE CONTROLE E MOVIMENTAÇÃO LEGISLATIVA

**Jairo Camargo**

SEÇÃO DE REVISÃO TAQUIGRÁFICA

**Diva do Valle Cavalcanti**

SEÇÃO DE REDAÇÃO DOS DEBATES

**Norma Buest Rosário**

SEÇÃO DE DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

**Luimir Amorim Pereira**

SEÇÃO DE AUTOGRAFIA

**Anna Rosa Bello Viana**

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA

**Neusa Olivia Melara**

SEÇÃO DE CONTROLE DE MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS

**Maria do Carmo de Oliveira**

SEÇÃO DE EXPEDIÇÃO

**Antonio Massucheto**

SEÇÃO DE ARQUIVO

**Celso Faraco**

SEÇÃO DE ESTATÍSTICA

**José Claudio Luz**

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

**Joubert da Silva Santos**

SEÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES

**Normando Pedro Culpí**

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

**Umberto Moro Redeschi**

SEÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO

**Rubens Damas**

SEÇÃO DE CONTROLE DE MATERIAL DE CONSUMO

**Osvaldo Marques**

SEÇÃO DE CADASTRO PATRIMONIAL

**Edu Liberti**

SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO DE MANUTENÇÃO

**Nelson Ferreira de Araujo Filho**

SEÇÃO DE PORTARIA

**Antonio Leandro**

SEÇÃO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

**Jandir Nardin**

SEÇÃO DE TELEFONIA

**Carlos Augusto Fernandes**

SEÇÃO DE ATENDIMENTO DO PLÊNARIO

**Jorge Assad Mansur**

SEÇÃO DE COPA E COSINHA

**Lindamir dos Santos**

SEÇÃO DE TRANSPORTES

**Jonas Zampier**

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 30 de abril de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário